



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2010

Em idêntico documento, reportando ao exercício do ano de dois mil e nove, tivemos oportunidade de salientar que:

“Mantêm-se a expectativa de que, no ano de 2010, seja possível o retorno da Fundação à actividade, no quadro ainda estatutariamente definido ou noutra que entretanto seja considerado como mais apropriado”.

Chegados ao final do referido ano de 2010, conclui-se que, por parte do Estado – fundador principal – nada foi definido, apesar de, variadas vezes, ter sido veiculado, pelo seus representantes máximos, a implementação de um estudo que pudesse levar esta Fundação a, entre outras missões, passar a ser responsável pela coordenação geral da gestão dos Centros de Alto Rendimento entretanto edificados por todo o país. O que não se verificou até final do ano de reporte.

Sobre esta posição, passiva, do Estado, ao longo dos anos, importa recordar o que o Conselho de Administração, ao longo dos anos, fez sentir à tutela sobre o arrastar de uma decisão quanto ao dar vida a esta Fundação, face à sua importância estratégica que, ontem como hoje, pode ter no panorama desportivo português, a vários níveis.

Aproveita-se para recordar algumas das posições que, desde 2001, este Conselho fez sentir superiormente.

“Com a publicação, em 1999, do Estatuto do Mecenato e a renegociação do Protocolo com a RTP e a RTC, esperava-se que a Fundação do Desporto tivesse, de forma definitiva, encontrado o caminho e reunido os instrumentos de acção necessários para, através de uma campanha, mais personalizada que mediática, sensibilizar os grandes investidores publicitários em Portugal.

E, de facto, ao longo de 2000 e 2001, foi possível reunir, à sua volta, nada menos de oito Empresas do “top” português, começando pela Sociedade Central de Cervejas, que foi a primeira a assumir-se, até ao gigante Portugal Telecom, a última a aderir, o que parecia ter aberto o caminho para um futuro risonho, pela maior sensibilidade do tecido empresarial para o projecto protagonizado pela Fundação.

No entanto e apesar do significado que estas adesões tiveram como “detonador” do relançamento da Fundação do Desporto – apagada ao longo dos seus primeiros anos de vida - do efeito promocional que os novos Membros Fundadores induziram no universo empresarial e da maior disponibilidade de meios para efectivo apoio a um maior número de eventos associativos, a verdade é que ao chegarmos ao final de 2001 se sente um amargo de boca. Com a adesão, este ano, de cinco Empresas do “top” nacional, foi possível atingir o objectivo estabelecido no Programa de Actividades, sendo este o factor de maior relevo registado ao longo de mais um ano de trabalho em prol do apoio financeiro à promoção e desenvolvimento do desporto de alta competição em Portugal, nomeadamente nas modalidades não profissionais.” – In “Relatório e Contas, 2001”.

----- o O o -----

“Ao longo de 2002, tudo foi tentado para que se mantivesse a relação com a RTP, o que não se conseguiu, por razões que nos são alheias e dificilmente se compreendem à luz dos superiores interesses nacionais de que o Desporto é um dos melhores espelhos.

E assim se frustraram as expectativas criadas junto das Empresas aderentes privadas dos benefícios protocolares e afastadas da associação a um projecto inovador e prestigiante.

A falta de credibilidade da Fundação, que resulta da situação que nos foi criada, constitui um factor de desmotivação para um conjunto de empresas, de primeira linha nacional e até internacional, que deixam de acreditar em projectos em que o próprio Governo também está envolvido.

Chegados ao final de 2002 com a perspectiva de extinção – porquanto não se vislumbram formas de reforçar os meios financeiros – o Conselho de Administração tem plena consciência de que tudo fez para que o futuro fosse optimista.

Ao que parece, não o conseguiu. Mas ainda não desistimos.

Assim queiram os instituidores! Em especial o Governo, Fundador maioritário que, tendo sido o impulsionador da Fundação e o garante da sua credibilidade, não pode ser agora o seu liquidatário, sem honra, nem glória”. In “Relatório e Contas, 2002.”

----- o O o -----

“Lamentavelmente confirmaram-se as piores expectativas que se anunciavam já no Relatório do Exercício de 2002.

O agravamento progressivo da situação económica da Fundação do Desporto resulta, em parte, da incapacidade do Governo de assumir os compromissos financeiros que estatutariamente lhe estavam cometidos.

...

Consequentemente, a Fundação entrou num período de quase total inactividade na expectativa de uma alteração estratégica, só possível com o apoio do Estado e dos Fundadores, até ao final do ano não definido.

*Assim, não foi possível realizar a **8ª Gala dos Campeões**, que constituía já um marco da vida sócio-desportiva nacional.*

*De igual modo, não foi possível assegurar o **apoio a eventos** desportivos que foram reduzidos globalmente a menos de 50% do valor atribuído em 2002.*

*Ainda pelas mesmas razões, foi suspensa a participação no **Projecto Atenas 2004**, e abandonado o **Projecto Esperanças Olímpicas**, cuja bondade ressalta do facto de o mesmo ter sido posteriormente apropriado pelo Comité Olímpico, dada a incapacidade da Fundação de levar a bom termo uma iniciativa de grande alcance para o Desporto Nacional, de que fora a grande impulsionadora. A situação assim criada à Fundação, e o reduzido interesse das Empresas pelos benefícios fiscais do Estatuto do Mecenato, levaram ao desinteresse generalizado das empresas, quer das fundadoras, quer de novas aderentes.*

...

Por outro lado, o arrastamento da instabilidade da Administração até Outubro, quando o Governo procedeu à nomeação de novo Presidente, também não ajudou à clarificação da situação e ao relançamento da Fundação.

Porém, a não ser encontrada uma saída estratégica viabilizadora do projecto original da Fundação do Desporto, o seu futuro apresenta-se ainda mais negro do que já se antevia no final do exercício anterior.

Resta uma palavra de esperança que será vã se o Governo e a RTP não assumirem as suas responsabilidades estatutárias e se os fundadores não acreditarem no Projecto da Fundação do Desporto. In “Relatório e Contas, 2003”

----- o O o -----

“A revogação do Estatuto do Mecenato pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2007, foi um dos factos salientes que sobressaiu ao longo do período a que este documento reporta, em especial pela relação que tem com a Fundação do Desporto, a quem permite mecanismos de angariar fundos para as suas actividades com significativos benefícios fiscais.

No entanto, não houve alterações ao contexto que estava adjacente à sua criação, mas antes a integração do Estatuto do Mecenato dentro do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelo que, na prática, as alterações quase não se notam.

Quanto à actividade das Fundação, no presente ano, manteve-se inalterável em relação ao ano anterior, isto é, apenas gerindo as solicitações que eventualmente foram sendo colocadas por várias instituições e ou cidadãos sobre diversos assuntos, com especial relevo no que se referia ao Estatuto do Mecenato, dada a posição privilegiada da Fundação do Desporto neste campo.

...

Continuou a Fundação a tentar, junto do Presidente do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), sensibilizá-lo para a necessidade de reformular o modelo de funcionamento da Fundação, bem como para a questão da dívida do Estado à Fundação.

...

Os representantes de outros Membros Fundadores, que integram o Conselho de Administração e estiveram presentes na referida Assembleia Geral, manifestaram-se atentos ao processo, ficando a aguardar os próximos passos, uma vez que foi aberto o caminho para a nomeação de um novo Presidente do Conselho de Administração.

No âmbito financeiro, realça-se, nas receitas, os movimentos feitos com os donativos recebidos e direccionados para as actividades desenvolvidas pela Federação Portuguesa de Basquetebol na área da formação de jovens, no valor global de € 39.5000,00.

Outro facto saliente é a dívida existente para com a RTP (€ 232.730,00) relativo ainda ao protocolo assinado em 2002.

A não apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para este ano de 2007 deve-se ao facto de não terem existido expectativas que justificassem a sua feitura.

O resultado líquido negativo alcançado (€ 1.158.164,05) no final do exercício deste ano de 2007 resulta da constituição de uma provisão de créditos para cuja cobrança não existem directivas e que está relacionada, essencialmente, com o subsídio anual da responsabilidade do IDP.

Aliás, não fazia sentido apresentar resultados positivos, como se verificou nos anos de 2004, 2005 e 2006, apenas porque o IDP não liquidava os valores contratualmente firmados na escritura notarial de constituição da Fundação do Desporto, dando uma imagem irreal da contabilização de valores que não tem sido recebidos.

....

Importa ainda salientar e desejar que, a breve prazo, a Fundação retome o funcionamento para o qual foi constituída, considerando o facto das Empresas aderentes acharem que este projecto é de grande importância para o apoio à promoção e desenvolvimento do desporto em Portugal, nas suas várias vertentes.” In “Relatório e Contas, 2007”

Pese embora as tentativas feitas até final do ano a que reporta esta relatório (2010), a verdade é que o Governo voltou a não cumprir o que, estatutariamente, está consagrado: por um lado, não liquidando nem a dotação de capital nem o subsídio anual – reportados nos Estatutos em vigor – e, por outro, não nomeando o Presidente do Conselho de Administração, como lhe compete pelo mesmo Estatuto, impedindo, com isso, o desenvolvimento da actividade da Fundação.

Motivo pelo qual – face à incerteza que se vem acumulando – também não se elaborou, para este ano de 2010, o competente Plano de Actividades e Orçamento.

No balanço que se pode fazer ao fim de 16 anos de vida, importa lembrar a mais saliente acção desenvolvida e que respeitou ao nascer do Estatuto do Mecenato, por manifesta força global do movimento associativo desportivo, que viu nesta Fundação e no seu “modus operandi” uma forma, na altura, ideal para captar investimento privado junto da sociedade civil com o fim de aumentar, de forma significativa, o apoio a vários projectos que poderiam, hoje, colocar a Fundação como um parceiro indispensável do Estado para “municiar” financeiramente um vasto conjunto de actividades e não só no âmbito da alta competição/desporto de rendimento.

Mas os condicionalismos de variada ordem persistiram e a situação já referida desde 2003 manteve-se, isto é, voltou a não ser possível concretizar o retorno a uma actividade que se pretendia dentro da normalidade estatutária ou, em alternativa, mercê de uma reorganização ou reorientação de objectivos que também tem vindo a ser ventilada nos últimos períodos.

Ainda assim, o problema principal é o não cumprimento, por parte do Estado – levantado repetidas vezes pelos parceiros privados – dos estatutos, no que se refere não só à liquidação da verba em falta no que se refere ao património (€ 872.895,63) como, também, da atribuição do subsídio anual (€ 1.612.714,76), números referidos a 31 de Dezembro de 2010.

Por liquidar está também o montante (€ 540.364,40) relativo aos parceiros privados, que suspenderam as doações em função da posição tomada pelo Estado quanto às suas obrigações.

A dívida existente para com a RTP (€ 232.730,00) referente ao protocolo assinado em 2002 – que esta entidade pretende receber e que, segundo foi comunicado à Fundação, poderá accionar as vias judiciais para o seu cumprimento – é outro assunto pendente.

O resultado líquido negativo alcançado (**€ 50.405,81**) no final do exercício deste ano resulta da inexistência de qualquer receita, tendo-se continuado a recorrer ao capital ainda existente.

Propõe-se, que o resultado apurado, em função de procedimentos idênticos anteriormente assumidos, seja associado aos saldos existentes e transite para o Exercício de 2011.

Em relação ao Estatuto de Utilidade Pública que a Fundação detém, a Presidência do Conselho de Ministros, responsável pela atribuição deste Estatuto, fez saber, por ofício, que implementará os procedimentos tendentes à sua cessação no caso de se continuarem a verificar saldos negativos.


O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Dr. Laurentino Dias, teve oportunidade de enviar uma mensagem ao Conselho de Administração, através do Presidente do Instituto do Desporto de Portugal e Vogal deste Conselho, Prof. Doutor Luís Sardinha, de que se estava a fazer um estudo no sentido de atribuir à Fundação a coordenação da gestão dos Centros de Alto Rendimento, o que foi transmitido aos membros que estiveram presentes nas Assembleias Gerais (Conselho de Fundadores e Conselho de Administração) efectuadas em 29 de Junho do ano a que reporta este relatório.

Mas até 31 de Dezembro não foi possível concretizar esta ideia.

Mantém-se a expectativa de que, em 2011, seja possível o retorno da Fundação à actividade, no quadro ainda estatutariamente definido ou noutro que entretanto seja considerado como mais apropriado, tendo presente a sua validade jurídico-fiscal e o seu objecto global.

Lisboa, 31 de Maio de 2011

Pe'l'O Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a horizontal line at the bottom.

Nuno Pinto de Magalhães
(Vice-Presidente)